

O CONCEITO VARIÁVEL DE LITERATURA

OFIR BERGEMANN DE AGUIAR*

RESUMO

Neste artigo, propõe-se uma discussão sobre o relativismo histórico do conceito de literatura a fim de servir de argumento para apoiar a opinião favorável quanto à inclusão de textos ditos literários na aprendizagem de línguas estrangeiras. Serão considerados os seguintes fatores: não há uma essência da literatura; textos literários nada têm em comum a não ser o uso da linguagem; a qualificação de literário é determinada por razões éticas, sociais e ideológicas; a definição de literatura depende da maneira pela qual um texto é lido e não da natureza do texto; a leitura é uma das habilidades comunicativas que devem ser desenvolvidas no ensino de línguas estrangeiras.

PALAVRAS-CHAVE: conceito de literatura, ensino de línguas estrangeiras.

The variable concept of literature

ABSTRACT

This article proposes a discussion on the historical relativism of the concept of literature in order to serve as argument to support the favorable judgement about including literary texts in foreign language learning. The following factors will be considered: there is no essence of literature; literary texts have nothing in common except the use of language; the status of literary text is determined by ethic, social and ideological reasons; the definition of literature depends on the way one reads a text rather than the nature of the text; reading is one of the communicative abilities to be developed in foreign language teaching.

KEY WORDS: concept of literature, foreign language teaching.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, em que o tema “O ensino de línguas estrangeiras e a literatura” se encontra subjacente, discuto a pertinência, ou não, da inclusão de textos ditos literários entre os materiais didáticos escolhidos para as aulas de línguas estrangeiras. Focalizarei o conceito variável de literatura (ou o relativismo histórico desse conceito), com a finalidade de servir de argumento para minha opinião favorável à questão em

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. E-mail: fir@letras.ufg.br.

pauta. Antecipo, contudo, as razões, que serão, a seguir, melhor detalhadas, que me levam a emitir esse parecer.

Considero apropriado o uso de textos ditos literários na aprendizagem de uma língua estrangeira, uma vez que:

- a) inexistem traços peculiares a certos textos de modo a distingui-los dos textos não-literários, isto é, não há uma “essência” da literatura;
- b) não se observa um denominador comum entre todas as obras literárias, a não ser o emprego da linguagem;
- c) o critério de valor que qualifica um texto como literário não é literário nem teórico, mas ético, social e ideológico;
- d) a definição de literatura não depende da natureza do que é lido, mas da maneira pela qual as pessoas lêem um texto;
- e) a leitura é uma das quatro habilidades comunicativas que devem ser desenvolvidas no ensino de línguas estrangeiras.

A busca de uma definição para a literatura faz parte das preocupações de vários teóricos e críticos. Compagnon (1999, p. 30) elenca os seguintes autores que se dedicaram ao assunto: Tolstoi, com *O que é arte?* (Paris : Perrin, 1898); Jakobson, com “O que é poesia ?” (*Questions de poétique*. Paris : Seuil, 1973), Charles Du Bos, com *O que é literatura ?* (Paris : Plon, 1945) e também Jean-Paul Sartre, com *O que é literatura ?* (Paris : Gallimard, 1948). Em virtude da impossibilidade de se solucionar o enigma, Barthes teria concluído: “Literatura é aquilo que se ensina, e ponto final” (apud Compagnon, 1999, p. 30). Isto porque diferentes épocas e culturas vêem diferentemente a literatura, e objeções são levantadas em relação às definições até então elaboradas.

Até o início do século XIX, a literatura compreendia as inscrições, a escritura, a erudição, o conhecimento das letras. Essa acepção remete à noção clássica de “belas letras”, nas quais estavam inseridas a retórica, a poética, mas também a história, a filosofia, a ciência e toda a eloquência. De certa forma, coincide com o sentido amplo que ainda se dá ao termo, considerando-se literatura todos os livros que a biblioteca contém, incluindo-se aí a literatura oral (Compagnon, 1999, p. 30-31). A esse respeito, Eagleton (1983, p. 1) informa que pertencem à literatura inglesa do século XVII obras como os ensaios do filósofo Francis Bacon (1561-1626), a autobiografia espiritual do pregador John

Bunyan (1628-1688) e os sermões do poeta e sacerdote John Donne (1573-1631). Entre as obras literárias francesas daquele tempo, encontram-se as máximas do duque de la Rochefoucault (1613-1680), os discursos fúnebres do prelado Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) e a filosofia de René Descartes (1596-1650) e de Blaise Pascal (1623-1662). Por outro lado, Aguiar e Silva (1988, p. 2) afirma que autores cristãos como Tertuliano (?155-?220) e São Jerônimo (?342-420) – pouco antes da Idade Média – contrapunham *litteratura*, que designava um *corpus* de textos seculares e pagãos, ao lexema *scriptura*, aplicado aos textos sagrados.

Somente a partir da segunda metade do século XVIII é que literatura apresenta o significado de específica atividade criadora. Acentua-se, então, o “belo”, o que resulta um problema irresolúvel, dada a impossibilidade de se desvincular a questão estética “da questão do gosto, da regência de usos e costumes e situações contextuais, da ideologia, de relativizações de toda ordem” (Wanderley, 1992, p. 253). Acrescenta-se que foi depois disso que o termo literatura passou a englobar o conjunto da produção literária de um país, dando origem à noção de “literatura nacional”, vista como a expressão do espírito de um povo, o que traz implicações filosóficas e políticas.

Segundo Compagnon (1999, p. 32), a acepção moderna de literatura ocidental aparece, no século XIX, com o declínio do tradicional sistema de gêneros poéticos, inicialmente exposto por Aristóteles (384-322 a.C). Esse autor elegeu como arte poética os gêneros épico e dramático, excluindo o lírico que não era fictício nem imitativo. Na Idade Clássica, perpetuou-se essa idéia, considerando-se a narração (a epopéia) e a representação (o drama) as duas formas maiores de poesia. A literatura era então entendida como o verso. No decorrer do século XIX, todavia, esses dois grandes gêneros começaram a adotar a prosa, a lírica se tornando sinônimo de toda poesia. A partir daí a literatura começou a ser identificada com o romance, o teatro e a poesia – sentido moderno do termo que não pode se desprender do romantismo, “isto é, da afirmação da relatividade histórica e geográfica do bom gosto, em oposição à doutrina clássica da eternidade e da universalidade do cânone estético”.

Essa alteração corresponde ao abandono da visão da literatura que realçava o primado da razão, a obediência à norma culta, o horror ao desvio, em favor do privilégio da emoção e da expressão livre dos estados afetivos (Wanderley, 1992, p. 258). Concebe-se, então, a litera-

tura relacionada às idéias de gênio e de inspiração, de inefabilidade e de beletismo, contra as quais, mais tarde, a reação modernista se posicionará.

Data, igualmente, da metade do século XVIII a renúncia da visão da literatura como mimese. Essa noção de literatura como ficção – como escrita imaginativa, aquela que não é verídica – é consequência da definição apresentada por Aristóteles da literatura como imitação ou representação das ações humanas pela linguagem. Argumentos contrários a tal definição baseiam-se no fato de muita escrita factual pertencer à literatura, como foi ilustrado anteriormente. Por outro lado, vários textos ficcionais ficaram à margem da literatura, como as histórias em quadrinhos, que, ao lado do romance policial e da literatura infantil, só no século XX conseguiram conquistar parte desse território, embora, na maioria das vezes, sob o rótulo de paraliteratura. Cabe lembrar ainda a poesia que, segundo Aristóteles, por ser escrita na primeira pessoa, pondo em cena o eu do poeta, não seria fictícia. Pode-se indagar também se textos da filosofia e das ciências naturais seriam destituídos de criatividade e imaginação.

A designação do termo literatura para específico fenômeno estético, peculiar forma de produção, de expressão e de comunicação artísticas, a partir da segunda metade do século XVIII, ressalta um tratamento especial que seria dado à linguagem nos textos literários. Nestes, a linguagem não teria caráter simplesmente utilitário e instrumental, de veículo portador de informação. Seria um fim em si mesma. Inicia-se aí o processo de reconhecimento filosófico da peculiaridade e da autonomia dos valores estéticos, que tem seu auge com os três mais influentes movimentos de teoria e crítica literárias da primeira metade do século XX: o formalismo russo, a nova crítica e a estilística. Eles insurgiam-se contra o conceito positivista de literatura, corrente em vários manuais dos séculos XIX e XX, que a identificavam com “todas as obras [...] que representassem a civilização de qualquer época e de qualquer povo, independentemente de possuírem, ou não, elementos de ordem estética” (Aguar e Silva, 1988, p. 14).

Passou-se, então, a ser conferida atenção à materialidade do texto literário, que possuía leis específicas, estruturas e mecanismos que deveriam ser observados em si e não reduzidos a outra coisa. Sobre o entendimento de literatura dos formalistas, esclarece Eagleton (1983, p. 3):

A obra literária não era um veículo de idéias, nem uma reflexão sobre a realidade social, nem a encarnação de uma verdade transcendental: era um fato material, cujo funcionamento podia ser analisado mais ou menos como se examina uma máquina. Era feita de palavras, não de objetos ou sentimentos, sendo um erro considerá-la como a expressão do pensamento de um autor.

Roman Jakobson, um dos maiores expoentes desse grupo, definiu a literatura como a escrita que promove uma violência organizada contra a fala comum. Cunhou o vocábulo “literariedade” para designar aquilo que faz de uma obra uma obra literária, sustentando ser aí dominante a função poética (a que evidencia a mensagem em si), em detrimento das demais funções (expressiva, conativa, referencial, metalingüística e fática).

Para os formalistas, artifícios como som, imagens, ritmo, sintaxe, métrica, rima, técnicas narrativas e todo o estoque de elementos literários formais propiciam o efeito de “estranhamento”, “desfamiliarização” ou “desautomatização”, que nos impõe uma consciência dramática da linguagem, renovando nossas percepções quanto aos objetos e ao mundo que nos cerca. A linguagem literária, com seus desvios das normas, cultivaria uma opacidade que o uso cotidiano da linguagem não possibilitaria. A linguagem cotidiana seria mais denotativa, referencial, pragmática e arbitrária, em oposição à linguagem literária, que seria mais conotativa, auto-referencial, sem fim prático e motivada. É oportuno assinalar que a dicotomia denotação—conotação é empregada também para distinguir a prosa da poesia. Acredita-se que, naquela, é estabelecida uma relação entre signo e significado de 1 para 1, ao passo de, nesta, a relação seria de um signo para uma pluralidade de significados.

Contra esse conceito de literatura também foram levantados argumentos. A respeito da deformação da linguagem provocada pelos desvios das normas, questiona-se qual seria “a norma” da qual seria conveniente distanciar-se. Afirma Eagleton (1983, p. 5):

A idéia de que existe uma única linguagem “normal”, uma espécie de moeda corrente usada igualmente por todos os membros da sociedade, é uma ilusão. Qualquer linguagem em uso consiste de uma variedade muito complexa de discursos, diferenciados segundo a classe, região,

gênero, situação, etc., os quais de forma alguma podem ser simplesmente unificados em uma única comunidade lingüística homogênea. O que alguns consideram norma, para outros poderá significar desvio [...].

Deve-se levar em conta, igualmente, que alguns desvios não são aceitos como poéticos, como é o caso da gíria. E que alguns tipos de texto que causam estranhamento não são classificados entre os literários, tais como os *slogans*, as piadas, os anúncios. Por outro lado, conhecem-se textos que não se afastam da linguagem cotidiana e que são reconhecidos como literários. Ademais, não há artifício que esteja ausente do uso comum da linguagem. Quanto à qualificação de discurso não-pragmático conferido à literatura, cabe recordar que valor verídico e relevância prática são considerados em grande parte do que é admitido como obra literária.

Dessas objeções decorrem as recentes reflexões, cujos enunciadores, de diferentes vertentes teóricas, no leitor procuram o fundamento do conceito de literatura, afirmando o comprometimento de uma preferência extraliterária na definição desse conceito. A literatura corresponderia a uma série de atitudes tomadas em relação a um discurso, sustenta John Searle (apud Aguiar e Silva, 1988, p. 18). Para Eagleton (1983, p. 9), pode-se pensar a literatura como as várias maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com a escrita. Ao tratar dos juízos de valor que determinam o caráter literário de certos textos, o autor esclarece: “Valor’ é um termo transitivo: significa tudo aquilo que é considerado como valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos” (Eagleton, 1983, p. 12). Fish (1993, p. 158, 159), ao responder quais são os traços distintivos da linguagem literária, sustenta que “os atos do reconhecimento [de um poema], ao invés de serem desencadeados por características formais, são, na verdade, a origem de tais características” e que “[a] interpretação não é a arte de entender (*construing*), mas sim a arte de construir (*constructing*)”. Complementa a seguir: “os objetos [...] são construídos através das estratégias interpretativas que colocamos em funcionamento. Isto, no entanto, não implica a subjetividade, pois os meios através dos quais os objetos são construídos são sociais e convencionais”, nossas operações mentais sendo limitadas pelas instituições nas quais estamos inseridos (Fish, 1993, p. 162). Arrojo (1986, p. 31), seguindo Fish, assinala:

O poético é, na verdade, uma estratégia de leitura, uma maneira de ler e, não [...] um conjunto de propriedades estáveis que objetivamente “encontramos” em certos textos. Assim, há textos que, devido a circunstâncias exteriores e não às suas características inerentes, nossa tradição cultural decide ler de forma literária ou poética.

Idéias como essas, porém, também não têm se revelado imunes a críticas. Britto, num diálogo “fictício” entre dois professores “no *campus* de uma faculdade de Letras em Arcádia, interior do Estado do Rio”, apresenta o personagem Meribeu, que toma como procedente a contestação aos supostos significados intrínsecos do texto, mas discorda da solução proposta por Fish. Segundo Meribeu, quando “Fish afirma que a maneira como uma pessoa vê alguma coisa ‘jamais’ seria individual ou idiossincrática, já que sua origem seria sempre a estrutura institucional da qual o observador é um agente propagador”, ele elimina “a possibilidade de que o sujeito atualize uma possibilidade não prevista pela cultura” (Britto, 1995, p. 147). Meribeu prefere recorrer à noção wittgensteiniana de “semelhança familiar” para responder à indagação sobre o que torna um poema um poema. Sustenta ele: “Como em qualquer categoria, há uma série (vaga, indefinida, aberta) de características definidoras, de modo que o que temos são objetos com uma relação de semelhança familiar entre si” (Britto, 1995, p. 145). Acrescenta ainda:

Uma coisa é absolutizar o sujeito ou o significado como se fazia no século passado. Outra coisa é você ter consciência de que os conceitos [...] não podem ser absolutizados, apresentam problemas graves, mas para determinados fins práticos são ficções que permanecem úteis – mais ainda, indispensáveis. (Britto, 1995, p. 149)

Conclui-se, portanto, pela inexistência de consenso a respeito de uma definição de literatura. Tanto diacrônica quanto sincronicamente, os conceitos variam. Observa-se, no entanto, a importância da atribuição de sentidos realizada pelo leitor, operação que deve ser desenvolvida no ensino de línguas estrangeiras que tem a leitura como uma das quatro habilidades comunicativas visadas. Ao ter contato com textos ditos literários, o estudante não só considerará a língua “como meio para adquirir conhecimentos em outras áreas do saber”, mas também

como “forma de aquisição de vivência e conhecimento na busca da própria identidade” (Heise, 1996, p. 118-119).

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Os conceitos de literatura e literariedade. In: _____. *Teoria da literatura*. Coimbra : Almedina, 1988. p. 1-42.

ARROJO, Rosemary. A questão do texto literário. In: _____. *Oficina de tradução*. São Paulo : Ática, 1986. p. 25-36. (Princípios).

BRITTO, Paulo Henriques. Lícidas : um diálogo mais ou menos platônico em torno de “Como reconhecer um poema ao vê-lo”, de Stanley Fish. *Palavra – Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio*, n. 3, p. 142-150, 1995.

COMPAGNON, Antoine. Literatura. In: _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad.: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1999. p. 29-46.

EAGLETON, Terry. Introdução : O que é literatura ? In: _____. *Teoria da literatura : uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo : Martins Fontes, 1983. p. 1-17.

FISH, Stanley. Como reconhecer um poema ao vê-lo. Trad.: Sonia Moreira. *Palavra – Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio*, n. 1, p. 156-165, 1993.

HEISE, Eloá. Em busca da literatura perdida. In: ENCONTRO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS E LITERATURAS ESTRANGEIRAS, 4. , 1995, Assis. *Anais...* São Paulo : Arte & Ciência, 1996. v. 1. p. 118-127.

WANDERLEY, Jorge. Literatura. In: JOBIM, José Luis (Org). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro : Imago, 1992. p. 253-265.

Recebido em: 18 jan. 2005

Aceito em: 12 abr. 2005